

Revista

Cadernos de

Finanças Públicas

03 | 2025



Impactos da Avaliação Habitacional nas Políticas Públicas de Gênero e Raça no Brasil

Antônio Flavio Miranda da Costa

Fabiana Carvalho da Silva Bispo

RESUMO

Este estudo investiga os impactos da avaliação habitacional no contexto das políticas públicas de gênero e raça no Brasil. Utilizando uma metodologia bibliográfica, foram analisados dados de diversas fontes confiáveis para sistematizar a situação habitacional de populações marginalizadas. Os resultados indicam que as políticas públicas de habitação são essenciais para a promoção de justiça social e equidade. Conclui-se que é necessário um enfoque mais inclusivo e democrático na formulação dessas políticas para atender às necessidades específicas de gênero e raça.

Palavras-Chave: Gênero, Habitação, Políticas Públicas, Raça, Brasil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	4
3. METODOLOGIA	4
4. RESULTADOS	4
5. DISCUSSÃO	5
6. CONCLUSÃO	5
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	6

1. INTRODUÇÃO

A questão da moradia digna é um problema histórico no Brasil, especialmente para as populações negras e marginalizadas. Este artigo discute como as políticas públicas de habitação impactam essas populações, com foco em gênero e raça. A Constituição Federal de 1988 estabelece a moradia como um direito social fundamental, mas a implementação de políticas eficazes ainda enfrenta desafios significativos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A literatura sobre políticas habitacionais no Brasil revela a complexidade das questões de gênero e raça. Segundo Bento (2001), a segregação racial e a desigualdade de gênero são fatores cruciais que influenciam a distribuição de moradias. Castells (2002) argumenta que a urbanização no Brasil tem sido marcada pela exclusão social, afetando desproporcionalmente as populações negras. Dados do IBGE (2015) mostram que o déficit habitacional é maior entre as mulheres negras, evidenciando a necessidade de políticas específicas para esse grupo.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida através de uma análise bibliográfica, utilizando fontes como a Constituição Federal de 1988 e estudos de instituições renomadas como o IBGE e a FGV. A análise de políticas habitacionais implementadas e seus impactos sobre as populações marginalizadas foi central para a compreensão dos desafios e oportunidades na promoção de justiça habitacional.

4. RESULTADOS

Os dados mostram um déficit habitacional significativo que afeta desproporcionalmente as populações negras. As políticas atuais falham em atender de forma adequada essas comunidades, resultando em condições de moradia subumanas. Em áreas urbanas, a falta de infraestrutura básica e a alta densidade populacional são problemas recorrentes. Mulheres negras são particularmente afetadas, enfrentando maiores barreiras no acesso a moradias dignas.

5. DISCUSSÃO

Os achados sugerem que as políticas de habitação precisam ser reformuladas para incluir um enfoque mais robusto em gênero e raça. Comparações com políticas de outros países indicam que modelos mais inclusivos têm maior sucesso em promover equidade. Por exemplo, políticas habitacionais na África do Sul, que incorporam uma abordagem interseccional de gênero e raça, têm mostrado resultados promissores na redução das desigualdades habitacionais. Além disso, é crucial que as políticas brasileiras considerem a participação ativa das comunidades afetadas no processo de formulação e implementação das políticas.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que políticas públicas de habitação inclusivas são cruciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Recomendam-se novas abordagens que considerem as necessidades específicas de gênero e raça, promovendo a participação comunitária e a alocação de recursos de forma equitativa. A implementação de políticas mais democráticas e inclusivas pode contribuir significativamente para a redução do déficit habitacional e a melhoria da qualidade de vida das populações marginalizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bento, M. (2001). *A cor do silêncio: Vítimas de racismo e suas histórias*. São Paulo: Editora Senac.

Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

IBGE. (2015). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.